

Um país aprisionado pelo corporativismo

■ Apego aos privilégios transforma políticos em lobistas, impede distribuição de renda e afasta qualquer chance de mudança

ELI TEIXEIRA E DANIELLA MENDES

BRASÍLIA — Cinco choques econômicos, cinco congelamentos e 21 modificações na lei salarial não mudaram o Brasil e a inflação continua acima de 25% ao mês. Os remédios não fizeram efeito e aos poucos cristaliza-se a idéia de que o país não faz mudanças profundas para sair do buraco por causa dos corporativistas, que não querem perder seus privilégios.

O Congresso, de quem dependem as reformas, transformou-se numa casa onde só se vota conforme os interesses de cada grupo de parlamentares. Sociólogos, cientistas políticos, economistas e parlamentares mais esclarecidos, da esquerda à direita, acham que a inexistência de uma liderança abriu espaços para a defesa dos interesses de grupos.

“Os políticos viraram lobistas de seus eleitores corporativistas e ninguém pensa no Brasil, nos milhões de brasileiros que não fazem parte de nenhuma corporação”, denuncia o deputado Paulo Delgado (PT-MG). “Mandato virou emprego. Só falta decidir se a carteira será assinada”, alfineta o parlamentar. “Ninguém aceita perder um cruzeiro. Ninguém admite abrir mão de um privilégio. E por isso que a inflação não cai e continuamos nessa crise”, confirma o ex-professor de economia da USP e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Roberto Macedo, que passou 17 meses lutando nos bastidores do Congresso para que fosse aprovada uma dúzia de medidas para mudar a economia, entre elas o projeto de modernização dos portos.

Fraco e xexelento — Roberto Macedo se mostra preocupado com um tipo de manifestação que começa a surgir até mesmo nos meios acadêmicos. “Participei de debates nos últimos dias em que economistas e juristas defenderam a tese de que só mesmo a hiperinflação levará a mudanças estruturais no país”. Na sua opinião, esse radicalismo é o resultado da descrença que se abateu sobre o país do pós-impeachment. Cresce no Brasil o consenso de que reformas profundas só ocorrerão a partir de um grande entendimento nacional, reunindo os segmentos mais representativos da sociedade. Para que isso aconteça, entretanto, há necessidade de uma liderança aglutinadora. “Mas com um governo fraco e xexelento como este aí é difícil fazer alguma coisa”, opina o cientista político Fábio Wanderlei dos Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais.



A tese do entendimento também é sustentada por expressivas lideranças políticas, como o deputado José Serra (PSDB-SP). “Já não há mais explicações simples para o furor inflacionário. A questão básica com que nos defrontamos hoje é de natureza política”, aponta. “Não existem soluções milagrosas. Sem resolver o equilíbrio das finanças públicas o Brasil só vai afundar mais”, alerta o ex-ministro do Planejamento Roberto Campos. Esse diagnóstico é compartilhado pelo ex-ministro da Fazenda Paulo Haddad, para quem só a queda da inflação possibilitará a reversão do quadro social. “Um crescimento de 4,5% ao ano criará 1,7 milhão de empregos por ano. Se a economia crescer 7% e o Estado investir de US\$ 12 bilhões a US\$ 16 bilhões por ano, em 15 anos poderemos erradicar a miséria do país.”

País problemático — Nesta semana, até o governo norte-americano manifestou preocupação com a indecisão do Brasil em fazer mudanças sócio-econômicas de peso. O subsecretário do Tesouro, Lawrence Summers, classificou na Assembleia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento, na Alemanha, o Brasil e o Peru como países problemáticos que comprometem inclusive a recuperação econômica da América Latina. “Os líderes latino-americanos não podem mais fechar os olhos a questões críticas, como a necessidade de aliviar a pobreza, de garantir o respeito pelos direitos humanos, de proteger o meio ambiente e de remover os obstáculos governamentais à retomada do crescimento”, criticou Summers. A ministra do Planejamento, Yeda Crusius, participava da reunião e recebeu o recado pessoalmente.

Na ausência de projetos de consenso nacional que levem a mudanças estruturais no país, começam a surgir propostas individuais que surpreendem pela rápida aceitação, mesmo sem um debate mais profundo pela sociedade. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conseguiu em poucos dias aprovar no Senado um projeto que garante renda de no mínimo US\$ 150 (Cr\$ 3,9 milhões) a cada chefe de família. Se a pessoa estiver desempregada, receberá um salário mínimo (Cr\$ 1,7 milhão). Na mesma linha, o professor de economia da Universidade de Brasília Christovam Buarque apresentou para debate um estudo que prevê o pagamento pelo governo de um salário mínimo a todo estudante que seja arrimo de família.